

DO HUMANO AO NÃO HUMANO: RASTROS DE UM CONFRONTO EM CLARICE LISPECTOR

Anderson Luiz Teixeira Pereira¹
Sílvio Augusto de Oliveira Holanda²

Resumo: A dimensão estética da escritura de Clarice Lispector (1920-1977) e os elementos de sua narrativa permitem uma interpretação interdisciplinar, no sentido de evocar, a partir das aproximações possíveis, questões comuns tanto ao mundo ficcional quanto a outras áreas do conhecimento. Desse modo, o presente trabalho propõe um estudo de *A cidade sitiada* (1949), de Clarice Lispector, em interface com alguns conceitos da Antropologia. O âmago da questão é o fato de que ambas as áreas, consideradas suas especificidades, privilegiam, como centro de seus discursos, a dimensão de humanidade. O trabalho debaterá categorias dicotômicas como natureza e cultura e humanidade e animalidade considerando o texto clariceano. Investigaremos a presença da figura animal contida por detrás do pano de fundo da trama romanesca, a qual narra os sucessivos passeios da personagem Lucrecia Neves pelo subúrbio de São Geraldo — espaço da ação narrativa. Por fim, procuraremos desdobrar as inquietações evocadas pela figura do animal, no sentido de interpretá-la como um fenômeno que esfumaça o limite entre o humano e o animal, em virtude de a ficção moderna de Clarice colocar em crise valores preconizados pela tradição do pensamento ocidental, pelo menos no que diz respeito às bases de uma herança antropocêntrica.

Palavras-chave: Clarice Lispector. *A cidade sitiada*. Antropologia.

FROM HUMAN TO NON-HUMAN: TRACES OF A CONFRONTATION IN THE WRITING OF CLARICE LISPECTOR

Abstract: The aesthetic dimension of the writing of Clarice Lispector (1920-1977) and the elements of its narrative enable an interdisciplinary interpretation in respect to the possible connections related to both fiction world and the other fields of knowledge. Thus, this paper is a study about *A cidade sitiada* (1949), by Clarice Lispector, in interface with some concepts of the Anthropology. The core of this investigation is the fact that both fields, given their specificities, talk about the dimension of humanity. The paper discusses the dichotomous categories such as nature and culture, humanity and animality in the mentioned novel. It also aims to investigate the presence of the animal behind the background of the plot, a story about the several strolls of the character Lucrecia Neves in the suburb of São Geraldo — space of narrative action. Finally, we intend to analyze the uneasiness evoked by the figure of the animal as a phenomenon that questions the boundaries between the human and the animal, once the modern fiction of Lispector put in crisis established values by the Western thought tradition, at least as far as the basis of an anthropocentric heritage is concerned.

Keywords: Clarice Lispector. *A cidade sitiada*. Anthropology.

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Letras, Estudos Literários, da Universidade Federal do Pará.

² Professor de Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Pará. Doutor em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo, com Pós-doutorado em Estudos Românicos pela Universidade de Lisboa.

1. INTRODUÇÃO

A escritura de Clarice Lispector, ao longo das últimas décadas de recepção crítica do século XX, tem se demonstrado um solo profícuo para inúmeros debates na seara dos Estudos Literários. A modernidade dessa autora não se reduz a um trabalho com a linguagem pouco visto nas letras brasileiras até a ocasião de sua estreia. Não apenas isso. Clarice soube retirar da mais trivial cena da vida humana cotidiana a matéria necessária para criação de uma poética capaz o suficientemente para reverberar o limite de certas categorias epistêmicas.

É interessante ressaltar como a literatura de Clarice Lispector tem provocado algumas das certezas preconizadas pela tradição do pensamento ocidental. Neste sentido, o presente estudo tem como tarefa promover um debate, por meio dos rastros do humano e do não humano, em sua ficção, sobre conceitos centrais da Antropologia, como natureza, cultura, humanidade e animalidade.

Historicamente, as áreas das Ciências Humanas, cujo escopo científico seja compreender aquilo que poderíamos designar como “condição humana” (INGOLD, 1995), realizaram, em grande parte, sua investigação procurando ressaltar as particularidades dessa espécie em oposição aos demais animais. Como resultado, tratou-se, até pouco tempo, a natureza como um substrato da cultura. Essa busca desenfreada em colonizar o conceito de humanidade, projetou um pensamento, cujas bases se fincaram na herança antropocêntrica, a qual colocou o homem no topo da escala biológica.

É óbvio que a diferença entre as espécies existe e isso é um fator fundamental a ser considerado. Contudo, ao lermos um texto como o de Clarice, em que a fronteira entre o humano e o não humano é esfumada, deparamo-nos com uma perspectiva paralela que, ao invés de cerrar a humanidade em um conceito, tende a descolonizá-lo enquanto tal. Um pensamento construído pela alteridade, no sentido de que não se fala pelo outro, mas permite que ele anuncie a si próprio. O que propomos é explorar, por intermédio de um jogo dialético, esse ponto de vista particular da literatura.

O estudo estabelecerá, a partir da noção de “transversalidade” (COUTINHO, 2006, p. 41) evocada pela Literatura Comparada, uma interface entre alguns ensaios de Antropologia e o romance *A cidade sitiada* (1949), de Clarice Lispector, além de algumas breves referências a escritos curtos da autora. Vale ressaltar que a proposta do trabalho não se reduz a uma abordagem de conceitos relativos à Antropologia, os quais sejam possíveis de serem pensados em *A cidade sitiada*. Mais do que isso, o âmago da questão é apontar o fato

de que em ambas as áreas, considerando suas diferenciações, reflete-se sobre a dimensão de humanidade.

Quando se atravessa de um domínio do conhecimento a outro, é necessário, sobretudo, descrever essa passagem. Clarice Lispector, ao criar o mundo ficcional do romance supracitado, não procurou absorver os conceitos antropológicos dos quais pretendemos nos ocupar e, por outro lado, as reflexões antropológicas não se encontram fincadas num *corpus* literário, como é o nosso caso. Nesse sentido, a tarefa que se evoca é, antes de tudo, pôr em relação Antropologia e Literatura.

Nossa empreitada engendrará um debate que engloba as categorias dicotômicas natureza e cultura e humanidade e animalidade a partir do texto clariceano. Investigaremos a presença da figura animal contida por detrás do pano de fundo da trama romanesca, a qual narra os sucessivos passeios da personagem Lucrecia Neves pelo subúrbio de São Geraldo — espaço da ação narrativa, o qual se encontra submerso numa dinâmica de modernização. O caos instaurado por essa transformação, que também atinge a esfera cultural, concentra no mesmo espaço o “progresso” e a natureza selvagem dos seres que habitam a cidade sitiada.

Por fim, desdobrar as inquietações evocadas pela figura do animal, significa interpretá-la como um fenômeno que problematiza o limite entre o humano e o animal, em virtude de a ficção moderna de Clarice colocar em crise valores pré-estabelecidos pela tradição do pensamento ocidental, pelo menos no que diz respeito às bases de herança antropocêntrica. Há, na figura de Lucrecia Neves, por exemplo, a delimitação de um “sujeito selvagem” fato que não anula sua condição humana, mas que, pelo contrário, apenas evidencia a crise da representação efetuada pela Literatura Moderna.

2. NATUREZA, CULTURA E FICÇÃO

O alicerce da discussão — parte que não se projeta para fora, mas que dá sustentação — é composto, ao nosso ver, por três pilares: natureza, cultura e ficção. Não é o nosso objetivo nos debruçarmos sobre cada um deles, tarefa que exigiria um grandiosíssimo fôlego. Contudo, estas três expressões se colocam como fundamentais em virtude dos dois solos com os quais estamos trabalhando. A partir delas, cria-se uma relação, cuja trajetória não é outra se não triangular, pois uma incide sobre a outra, de modo que a fenomenologia interpretativa que propomos só se torna possível mediante o jogo dialético que a relação entre elas propicia.

Natureza e cultura, que é menos uma distinção de estágios da humanidade do que uma dicotomia metodológica, como ressalta Lévi-Strauss (2009, p. 17), são dois conceitos

centrais que movimentam o campo das Ciências Humanas e que a Antropologia tem como obsessão primária. Delimitar o conceito de natureza e cultura seria interessante, se estas não fossem, como nos lembra Eagleton (2003, p. 11), uma das palavras mais complexas e mais difíceis de se definir de maneira unânime. Além disso, o texto clariceano ora analisado, em função de seu arranjo moderno, esgarça as estruturas do pensamento ocidental e tende a problematizar os valores pré-concebidos relacionados a esses dois conceitos.

A tradição do pensamento ocidental tratou, por muito tempo, natureza e cultura como uma dicotomia inversamente proporcional. A predominância de uma suporia a passividade da outra. Nesse sentido, cultura corresponderia a um estágio de oposição ao estado de natureza. Um afastamento, ou melhor, uma relação de subjugação, cujo constructo histórico apontou para a ideia de progresso ou de civilização. Em relação à natureza, esta foi pensada como um estágio primário da vida humana, no qual o homem se encontraria despido de todas as convenções que dizem respeito a um estado de civilização. Em suma, eis a lógica binária, na qual se pensou a relação entre homem, natureza e cultura. Por um lado, ele seria um ser biológico (natureza) e, por outro, em função de sua organização social, supor-se-ia seu aparato cultural.

A herança antropocêntrica, que norteou a concepção antropológica no ocidente, colocou o homem numa escala superior às outras espécies da natureza. O traço de sua humanização passou a ser reafirmado em virtude de uma quase obsessão em apontar sua diferenciação em relação aos outros animais. Esse quadro apenas se redefiniu no século passado quando a antropologia contemporânea, inserida no contexto da crise do pensamento moderno, repensou o modo reducionista com o qual se abordava o conceito de natureza no contexto da organização social. Desta maneira, todas as culturas, centrais e periféricas, formariam um todo comum. Mas não apenas isso. O grande diferencial aparece no reconhecimento das diversidades de culturas. Daí surge o conceito de multiculturalismo, o qual significou um grande avanço para os estudos de Antropologia:

Quando natureza e cultura são concebidas como dois sistemas de diferenças entre os quais existe uma analogia formal, é o caráter sistemático próprio a cada domínio que se encontra em primeiro plano. Os grupos sociais são distintos uns dos outros, mas permanecem solidários como parte de um mesmo todo, e a lei de exogamia proporciona o meio de conciliar essa oposição equilibrada entre a diversidade e a unidade. (LÉVI-STRAUSS, 2008, 134)

A citação assinala a importantíssima contribuição de Lévi-Strauss que, por meio da noção de “multiculturalismo”, rompe com discursos antropocêntricos e com o significado de

cultura como sinônimo de civilização, o qual adveio do colonialismo europeu. Como consequência, há um alargamento no campo científico para se estabelecer uma antropologia comprometida em descrever a cosmologia de outros povos — que, até então, permaneciam à margem —, sem cair no deslize de subjugar-la às categorias cosmológicas do pensamento ocidental.

O que queremos ressaltar com a discussão é o fato de que o modo de se pensar o mundo e de estabelecer nexos com a realidade são variáveis, ou seja, dependem das diversidades de organização da vida humana. Em outras palavras, o universo é objeto do pensamento tanto para as sociedades tradicionais quanto das selvagens.

Ocupando uma posição de entre lugar no espaço científico, a literatura, em razão de seu estatuto artístico, sem dúvida, não se limita ao espelhamento do mundo, seja ele uma concepção de origem ocidental ou não. Em *A cidade sitiada*, diga-se de passagem, o mundo estético forjado por Clarice Lispector problematiza conceitos preconizados pela tradição do pensamento ocidental. A matéria ali narrada evoca valores éticos, morais, científicos etc. que não correspondem aos conceitos já conhecidos por nós. A linguagem de seu texto constrói uma realidade *sui generis*, na qual abstrações como natureza, cultura e, sobretudo, humanidade, são colocados como problemas para o pensamento e como questionamentos da realidade.

A Antropologia, como bem sabemos, definiu seu campo epistemológico a partir de um laboratório social — espaço privilegiado da vida humana. O âmago de suas inquietações orbita em torno do “*anthropos*” (BOLTING, 1953). Curiosamente, o *status quo* dos Estudos Literários abrange a possibilidade de abordá-la, também, como um fenômeno social.

O que procuraremos efetuar será uma leitura crítica que buscará, a partir do diálogo transdisciplinar, abstrair da trama romanesca uma possível “crise” da representação de um pensamento antropológico ocidental, o qual tenha sido forjado por meio da matéria ali narrada, conscientemente ou não.

Desse modo, chegamos ao terceiro ponto da tríade triangular delineada inicialmente: a ficção. A concepção moderna de Literatura, de certa maneira, abandonou o conceito de representação, o qual adveio do caráter mimético que Aristóteles, em sua *Poética*, atribuiu aos gêneros clássicos.

Como já observado por Luiz Costa Lima em *Mimesis e Modernidade* (1980), o conceito da mimeses aristotélica não se resume à relação da arte como imitação da realidade, isto é, a “mimese jamais pode consistir na transliteração da realidade” (NUNES, 2003, p. 57). Lima propõe, na tentativa de atualizar a ideia de representação na modernidade, uma distinção

entre “mimeses de representação” e “mimeses de produção” (LIMA, 1980, p. 168). Deste modo, esta última estaria mais próxima da crise da representação efetuada na modernidade artística em função dela não apenas construir uma concepção de mundo à parte, mas porque ela provocaria o “alargamento do real” (LIMA, 1980, p. 169).

É nesse sentido que, em *A cidade sitiada*, a construção da trama romanesca projeta para dentro do romance uma visão de mundo antropológica, que, apesar de ser um ponto de vista particular do romance, ao mesmo tempo que mantém nexos com uma representação externa ao texto, tende a questioná-la, conforme considera, também, Lúcia Helena (2006, p. 60): “Não seria ir longe demais, entretanto, caracterizar o nível de mimeses com que trabalha Lispector como um questionamento da representação [...]”.

Em conformidade com Helena (2006), que também discute a problematização da representação em Clarice Lispector, seria apropriado falar de uma “crise da literatura como representação” em *A cidade sitiada*, ou mesmo, numa espécie de esfumaçamento da realidade. Como já apontado, em função da polarização entre o “eu e o mundo”, que ocorre na narrativa clariceana, põe-se em suspensão a subjetividade da personagem Lucrecia. O jogo ficcional do romance coloca homem, animal no mesmo plano ontológico, isto é, a relação criada entre eles não é de distanciamento, mas de alteridade, pois, uma vez constituintes da mesma realidade, um se confirmaria por meio do outro.

3. O CONFRONTO ENTRE HUMANOS E NÃO HUMANOS

Nossa investigação acerca da presença de “um estatuto fortemente questionador à figura do animal” (NASCIMENTO, 2012, p. 30) poderia ser demonstrada, se assim nos dispuséssemos, de um ponto de vista mais abrangente, isto é, por meio de uma historiografia da tradição do animal como figura de provocação ao pensamento, a qual contemplaria, por exemplo, os textos de Kafka, a nível da Literatura Mundial, de Borges, no contexto da Literatura da América Latina, culminado o trajeto, a fim de englobarmos a Literatura Brasileira, em Clarice Lispector e em Guimarães Rosa. É claro, além de vários outros escritores que também se enquadrariam nesta tradição.

Por mais que o ideal aventado acima seja possível num projeto maior, o alcance deste trabalho se limita ao horizonte de *A cidade sitiada*, fato que não reduz as exigências compelidas pela temática explorada. Como ressalva ulterior, reservamos para esta seção, à medida que nos couber assim efetuar, o diálogo com alguns contos de Clarice Lispector que propiciam um debate tangente ao tema abordado pelo trabalho.

É necessário, antes de mais nada, esclarecermos que a palavra confronto é entendida no contexto desta investigação não como um “ato ou efeito de confrontar” (HOLANDA, 1986, p. 452), significado que pressuporia um sentido negativo, mas, sim, como uma relação entre dois elementos díspares, que uma vez emparelhados, tencionam a construção do sentido.

Por volta dos anos de 1920, tempo da história da narrativa, o subúrbio de São Geraldo passava por um processo acelerado de modernização. Aos poucos, o lugar pacato perde o seu aspecto rudimentar e atinge o *status* de cidade, como se enfatiza no capítulo final intitulado “Fim da construção: o viaduto”. Seria o progresso sinônimo de cultura? Eis uma questão levantada ao longo do romance, porém não respondida.

Inicialmente, o foco narrativo tem como ângulo de visão a fotografia panorâmica da cidade, privilegiando a experiência coletiva. Contudo, logo o ponto de vista é redimensionado para a visão individualizada da protagonista Lucrecia Neves. Fato importante e que merece ser comentado. A relação de Lucrecia com o mundo é construída por meio da visão. As coisas são, para ela, as estruturas corpóreas tais como elas se manifestam. Lucrecia, antes de nomear, apenas vê as coisas. Sua relação com o mundo é mediada pela alteridade em que o eu e o outro (objetos, animais, vegetais etc.) são entes de uma mesma realidade. É, portanto, por meio do olhar penetrante da personagem que conhecemos mais de perto os seres que habitam a cidade de São Geraldo.

A fim de executar o escopo do trabalho, privilegiaremos, dentre as variadas figuras que transitam pelo subúrbio, apenas duas: Lucrecia Neves e o cavalo, representantes respectivos do debate a respeito de humanidade e animalidade.

A presença do cavalo, em *A cidade sitiada*, desempenha uma espécie de assombramento e, ao mesmo tempo, a descolonização do pensamento preconizado pela tradição ocidental. A figura animal aponta para a obsessão humana em dominar a natureza, fato demonstrável, por exemplo, pela estátua pública da praça de São Geraldo onde se encontra um cavaleiro com sua espada. O monumento é uma metáfora, cujo significado atinge o nível de uma revisitação histórica ao passado glorioso de uma humanidade que erguera a civilização recalçando sua condição natural.

Outro trecho que esboça esse aspecto questionador é a referência, durante um momento onírico vivido por Lucrecia, à figura de Napoleão Bonaparte, de quem se conta nos manuais de história, que montado sobre seu cavalo, teria alcançado inúmeras conquistas. Por intermédio da réplica do general francês, a literatura clariceana demonstra, de maneira crítica, o processo paradoxal que foi a constituição da civilização humana, edificada pelo fio de

espada e pela subjugação do não humano. Lembremo-nos, ainda, que os equinos haviam sido trazidos a São Geraldo para atuarem na construção da nova cidade que nascia:

A moça e um cavalo representavam as duas raças de construtores que iniciaram a tradição da futura metrópole, ambos poderiam servir de armas para um seu escudo. A ínfima função da mocinha na sua época era uma função arcaica que renasce cada vez que se forma uma vila, sua história formou com esforço o espírito de uma cidade. (LISPECTOR, 1998, p. 22).

Como se observa na maioria dos textos clariceanos, os animais sempre se encontram num ambiente doméstico ou social, ou seja, retirados de sua condição selvagem. Um dos resultados desse deslocamento é a presença de um discurso avesso ao reducionismo de natureza e cultura, isto porque, por exemplo, em São Geraldo, a dinâmica da modernização pela qual a cidade está passando apenas revela ainda mais a natureza escondida por detrás da atmosfera cultural que envolve a cidade. Vejam-se, como ilustração, os cavalos do subúrbio que, quando chegava a noite, libertados do jugo humano, voltavam a ser apenas cavalos:

Mas à noite cavalos liberados das cargas e conduzidos à ervagem galopavam finos e soltos no escuro. Potros, rocins, alazões, longas éguas, cascos duros — uma cabeça fria e escura de cavalo — os cascos batendo, focinhos espumantes erguendo-se para o ar em ira e murmúrio. E às vezes um suspiro que esfriava as ervas em tremor. (LISPECTOR, 1998, p. 27)

De sua cama ela procurava ao menos escutar o morro do pasto onde nas trevas cavalos sem nome galopavam retornados ao estado de caça e guerra. (LISPECTOR, 1998, p. 27)

O arco do pensamento poético de Clarice começa a se delinear ao destacar um devir animal e um devir homem no lugar das identidades homem e animal, conforme observa Evando Nascimento (2012, p. 30). Essa ideia é reiterada em outros textos da autora como no conto “Uma história de tanto amor” — enfeixado em *Felicidade clandestina* (1971). A pequena narrativa relata a história de uma menina que “observava tanto as galinhas que lhes conhecia a alma e os anseios íntimos” (LISPECTOR, 1998b, p. 140).

A relação homem e animal, desenvolvida no conto, projeta uma pauta discursiva acerca da limítrofe entre humanidade e animalidade. Mas, neste caso, como postulado acima, a afirmação da identidade de ambos os blocos é substituída pelo devir: “e ainda mais tem que vigiar a noite toda para não perder a primeira das mais longínquas claridades e cantar o mais sonoro possível. É o seu dever e a sua arte” (LISPECTOR, 1998b, p. 140) — comenta o narrador da história, em relação a galinha.

O confronto final entre humano e não humano reserva para nós um desfecho interessantíssimo, no qual se acentua, como resultado do embate, a tensão que a relação entre

esses dois seres provoca. Fecha-se a história narrando, de maneira breve, a morte de uma das galinhas, batizada, pela menina, de Eponina: “E quando chegou a vez de Eponina ser comida, a menina não apenas soube como achou que era o destino fatal de quem nascia galinha. As galinhas pareciam ter uma pré-ciência do próprio destino e não aprendiam a amar os donos nem o galo.” (LISPECTOR, 1998b, p. 142).

O animal, por mais que realocado no espaço humano, não deixou de cumprir o seu destino. A tensão de que falávamos atinge o ápice, quando nas últimas linhas, também, se destaca o porvir impreterível de quem nasce humano: “A menina era um ser feito para amar até que se tornou moça e havia homens” (LISPECTOR, 1998b, p. 143). “Uma história de tanto amor”, ao colocar homem e animal como seres de um mesmo plano, demonstra que, dadas as suas diferenças, ambos cumprem o curso de sua condição enquanto espécie.

O raciocínio seguido até então, permitiu-nos observar que o confronto entre o humano e o não humano, em *A cidade sitiada*, propicia um jogo ficcional particular, que cremos ser um dos principais rastros que permite discorrer sobre as dicotomias antropológicas natureza/cultura e animalidade/humanidade. Esse aspecto é antecipado por Evando Nascimento no ensaio “Clarice e o não humano: rastros”:

Observa-se que, em Clarice, não se trata tampouco de analogismo, pois a experiência ficcional e biográfica no plano da animalidade questionadora do humano não se faz por mera comparação. Não é como o homem se sentiria no lugar do animal, mas sim de que forma ocorre uma travessia inevitável pelo tornar-se-animal do humano, como todo o perigo a que a experiência remete. (NASCIMENTO, 2012, p. 32)

A palavra-chave que aproveitaremos do texto supracitado é *travessia*. Nela reside o nosso interesse particular para pensar o limite do humano e não humano em Clarice. Antes de prosseguirmos o nosso arrazoado, vale a pena ressaltar o reconhecimento de um *devoir* ou de um *tornar-se* — conforme se observa na citação acima — no escrito do estudioso sobre a obra da modernista brasileira.

O vocábulo destacado — *travessia* — aponta para a construção de uma relação de alteridade, na qual se reconhece na diferença do outro um lado estranho de si. Nesse sentido, a fim de ilustrarmos essa questão, comentaremos novamente a cena onírica em que, num processo de travessia extrema, Lucrécia Neves atinge o limite do humano e se metamorfoseia num cavalo:

Meio sentada no leito, Lucrécia Neves adivinhava os cascos secos avançando até estacarem no ponto mais alto da colina. E a cabeça a dominar o subúrbio, lançando o longo relincho. O medo a tomava nas trevas do quarto, o terror de um rei, a mocinha queria responder com as gengivas à mostra. Na inveja do desejo o rosto adquiria a nobreza inquieta de uma

cabeça de cavalo. Cansada, jubilante, escutando o trote sonâmbulo. Mal saísse do quarto sua forma iria se avolumando e apurando-se, e quando chegasse à rua já estaria a galopar com patas sensíveis, os cascos escorregando nos últimos degraus. Da calçada deserta ela olharia: um canto e outro. E veria as coisas como um cavalo. [...] . De sua cama ela procurava ao menos escutar o morro do pasto onde nas trevas cavalos sem nome galopavam retornados ao estado de caça e guerra. Até que adormecia. (LISPECTOR, 1998, pp. 27-28)

Cabe-nos explorar os sentidos possíveis dessa travessia homem-animal. Talvez um bom início para a empreitada seja observar os resquícios de uma natureza animal recalcada por conta do estado cultural de Lucrecia Neves. A concepção de mundo inerente a *A cidade sitiada*, ao conceber animalidade e humanidade como devir e não como identidade, coloca homem e animal no mesmo nível ontológico, isto é, ambos como seres partícipes de uma mesma posição cosmológica.

Para avançarmos um pouco mais nesta questão, não podemos deixar de notar a importância que o corpo desempenha na ficção ora analisada. Ao final da transformação de Lucrecia, ao passo que ela se esvai de sua roupagem humana, a personagem permanece sujeito porque ocupa um ponto de vista, mesmo que sob a forma de um cavalo: “e veria as coisas como um cavalo”. (LISPECTOR, 1998, p. 27). O importante não são as coisas que são vistas, mas o reconhecimento de um corpo que vê, neste caso, um corpo animal.

Neste sentido, ecoa-se, aqui, aquilo que Eduardo Viveiros de Castro chamou de *perspectivismo* ao estudar o pensamento dos povos Ameríndios. Para os povos Ameríndios, segundo Castro (2002, p. 349), o que existe é “uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos”. Esse paradigma inverte o ponto de vista do pensamento da Antropologia ocidental. Além do mais, essa concepção é profícua para justificar o fato de que, para Lucrecia, ocupar o lugar do animal não determina um modo de visão animal, mas apenas um modo outro de ver as coisas.

Poder-se-ia facilmente supor que Lucrecia, ao atravessar para a esfera da animalidade, estaria menos humana. Contudo, ao seguirmos o pensamento Ameríndio, podemos inverter essa lógica, pois, para eles, a condição comum e originária dos homens e dos animais seria a humanidade. Ainda a pouco, em alguns parágrafos anteriores, falávamos da presença de uma certa crítica ao reducionismo de natureza e cultura na ficção clariceana. O estado de cultura não significa o distanciamento do estado de natureza. Pelo menos não em *A cidade sitiada*.

Lucrécia é humana mesmo sob a forma de um cavalo, isto porque a humanidade na ficção clariceana é uma condição. Se há uma diferença fundamental entre o humano e o não humano, ela está na estrutura corpórea, ou seja, no aspecto mórfico.

A trajetória da protagonista dentro e fora dos limites geográficos de São Geraldo é marcada pela tensão entre natureza e cultura. Depois de a moça aceitar o pedido de casamento de Mateus Correa — um forasteiro maduro e de boas condições que sempre visitava a casa de Ana, mãe de Lucrécia, a fim de se casar com a filha da viúva — já em outra cidade, durante um café com o advogado contratado para resolver os trâmites do matrimônio, um cachorro invade a cena. A moça tenta enxotá-lo e, logo em seguida, o narrador comenta: “No meio de todos, ele a reconheceria” (LISPECTOR, 1998, p. 121). Lucrécia e o cachorro jamais haviam se cruzado, afinal, ela estava num território novo. Este reconhecer evoca as origens ancestrais de um passado comum, no qual homens e animais, bem como natureza e cultura, não se distinguem. Apenas um animal reconhece outro animal ou um humano reconhece outro humano.

A travessia não ocorre apenas do homem para o animal, mas de maneira reversa. Entretanto, a humanização dos animais é menos um processo de experimentação do que um colocar o dedo na ferida narcisista do pensamento ocidental, que historicamente, provocou uma cisão entre homem e natureza. Clarice Lispector demonstra, por meio de Lucrécia — seguindo a esteira de Freud de *O mal-estar na civilização* —, que cultura e natureza são duas polaridades que subsistem no mesmo espaço. O convívio de homens e bichos desterritorializa o lugar que cada uma dessas espécies, *a priori*, deveria ocupar. A fim de desdobrarmos verso e reverso dessa operação, observaremos dois escritos curtos de Clarice que ilustram o intercâmbio entre humanidade e animalidade.

No primeiro, intitulado “Macacos”, de *A legião estrangeira* (1964), narra-se a experiência de uma senhora que tinha dois filhos. Próximo ao ano novo, os pequenos haviam ganhado como presente de um conhecido da família um macaco. O animal, envolvido pelos laços afetivos da família, tornara-se humano: “Quando me esquecia e entrava distraída na área de serviço, o grande sobressalto: aquele homem alegre ali” (LISPECTOR 1999, p. 48). O macaco, realocado no ambiente social, experimentara a travessia inevitável ao território humano.

A história do macaco segue com a decisão da mulher de devolvê-lo. Seus filhos, suspeitando disso, rogam para que ela deixe o animal ficar. Um deles argumenta, num tom quase de promessa, que um dia o animal iria adoecer e morrer. Nada feito. A mulher se desfaz do animal. Passa-se um ano e durante um passeio a Copacabana, a mulher avista um homem

vendendo macaquinhos na calçada. Ela imagina a alegria que seus filhos sentiriam com a presença do animal e decide levar um exemplar para casa. Esta, que se chamaria Lisette, havia sido humanizada mais ainda: “Tinha saia, brincos, colar e pulseira de baiana. E um ar de imigrante que ainda desembarcara com o traje de sua terra. De imigrante também eram os olhos redondos. Quanto a essa, era mulher em miniatura. (LISPECTOR 1999, p. 49).

Lisette, despida de sua natureza selvagem, se transvestira na pequena mulher de saia. No dia seguinte, a macaca adoece e é levada, às pressas, para o pronto-socorro, onde lhe diagnosticaram com a falta de oxigênio. O “sopro de vida” — referência ao livro de Genesis, da Bíblia sagrada, em que Deus, soprando nas narinas do boneco de barro feito a sua imagem e semelhança, funda a humanidade — reafirma, de maneira extrema, a humanização da macaquinha: “um pouco mais de oxigênio, e deu-lhe uma vontade de falar que ela mal aguentava ser uma macaca” (LISPECTOR, 1999, p. 50). Lisette não sobrevivera à moléstia. Na cena final, consumando-se a travessia inevitável, o filho maior da mulher, direcionando a fala à mãe, diz-lhe: ““Você parece tanto com Lisette””. Anuncia-se na fala do pequeno o reconhecimento mútuo da familiaridade entre humanos e animais, resultado da dissolução de suas diferenças.

O segundo conto, “Uma galinha”, publicado em *Laços de família* (1960), também tem como centro da história um animal. Resguardadas as diferenças de enredo, este texto compartilha o mesmo traço do conto anterior, no que tange à humanização do bicho. Narra-se, neste, a desventura de uma galinha, que num dia qualquer, fora escolhida para ser sacrificada para o almoço da família. Mas algo de errado ocorre durante a captura do animal, que foge, prolongando o seu destino final. Depois de caçada, já na cozinha da casa, preparada para ser assassinada, a galinha dá à luz um ovo, fato que reverbera em sua situação na família. Decidiu-se, então, que ninguém mais comeria galinha na casa. Mas que um animal, a galinha é relegada a posição de integrante da família: “A galinha tornara-se a rainha da casa. Todos, menos ela, o sabiam” (LISPECTOR, 2009, p. 32).

Entretanto, o animal de “Uma galinha”, assim como a presença dos cavalos, do cachorro, dos macacos e de tantos outros seres do bestiário de Clarice Lispector, salienta que por mais que realocados no ambiente doméstico, social e cultural, os animais permanecem animais. A obsessão do homem em dominar a *naturae*, pelo menos no plano da ficção examinada, tende ao fracasso. Deste modo, deduzimos que esse jogo forjado na esfera literária assinala que a humanização dos bichos não faz deles humanos, isto porque eles não são seres dotados de deliberação, moralidade, juízo etc.

Outro traço elementar da ficção clariceana, que a coloca à frente da tradição do pensamento ocidental, é a devolução, ao animal, de sua capacidade de olhar e de perceber. Desta maneira, a modernista brasileira responde satisfatoriamente à provocação filosófica lançada por Derrida em *O animal que logo sou*, ao perguntar se o animal nos olha. Conforme já assinalamos, o que está em jogo é o tornar-se animal: “era uma cabeça de galinha, a mesma que fora desenhada no começo dos séculos”. (LISPECTOR, 2009, p. 33).

Para encerrarmos nossa menção ao processo de humanização oriundo do confronto entre o humano e o não humano, voltaremos nossa atenção para um brevíssimo episódio de *A cidade sitiada*, que poderíamos — emprestando da manchete do jornal que noticiara o acontecimento — intitular de “O Crime do Cavalo Num Subúrbio”. Não há como deixar de notar o paradoxo do enunciado ao combinar dois elementos impossíveis de serem emparelhados: Crime e cavalo. Em relação a isso, Evando Nascimento, escrevendo sobre o mal como metáfora em Clarice, traz-nos o seguinte questionamento:

São os animais capazes do Mal? Em sã consciência diríamos que não, só o homem, portador do *logos*, poderia estar apto a praticar o Mal. Os animais, por mais ‘cruéis’ e ferozes que possam ser em algumas situações, não podem ser acusados de crimes, assassinatos, homicídios nem dolos. (NASCIMENTO, 2012, p. 253)

Na literatura moderna de Clarice nenhum jogo ficcional é gratuito. Então, qual o sentido da manchete supracitada? Atribuir o crime ao cavalo, que diferente do homem é um ser despojado de juízo moral e ético, significa o questionamento de uma tradição historicamente habituada a pensar os atos de violência como resquícios de uma animalidade recalcada no interior do homem. O crime do cavalo, a nosso ver, é uma crítica àquelas teorias, as quais concebem a animalidade como um traço primitivo. Nossa investigação tem tentado demonstrar que no pensamento filosófico da poética clariceana, animalidade e humanidade são menos polaridade de identidade do que tipos de relação. São duas categorias as quais estão atravessadas pela ideia do devir.

Para concluirmos o levantamento dos rastros do confronto entre o humano e o não humano no mundo ficcional de *A cidade sitiada*, cremos ser necessário refletir, ainda que brevemente, sobre o fato de Lucrecia Neves, do início ao fim, ser narrada e comparada com os mesmos traços dos cavalos de São Geraldo.

O pensamento filosófico moderno orbitou em torno da razão e fez dela o modelo paradigmático das ciências. Em contrapartida, a filosofia contemporânea se erigiu desconfiada dessa centralidade, bem como da capacidade deliberativa do sujeito sobre o objeto. A

polaridade sujeito/realidade, *a priori*, mediada pelas abstrações racionalistas do primeiro sobre o segundo, em Clarice, é reavaliada.

Nesse sentido, na ficção forjada em *A cidade sitiada*, num só golpe, a autora “deslê a tradição, pondo-a pelo avesso” (NASCIMENTO, 2012, p. 213), de modo que o pensamento ocidental já não corresponde à maneira como as personagens do romance articulam-se com o mundo. Fato já apontado por Regina Pontieri (1999, p. 20): “Em Clarice, ao contrário, sujeito e objeto, retomados em distintas polaridades (eu/mundo, espírito/corpo) são verso e reverso da mesma realidade, donde a busca de integração, dando-se juntamente com a consciência da separação.”.

O ver de Lucrecia Neves é traço fundamental, do qual ela compartilha com o cavalo: “Nela e num cavalo a impressão era a expressão” (LISPECTOR, 1998, p. 23). O que garante o *status* humano de Lucrecia Neves, não é o fato de ela ser partícipe da organização social do subúrbio, mas, sim, um corpo que vê.

O ver de Lucrecia é ocupar um ponto de vista, e isto é fundamental porque a coloca no mesmo nível dos outros seres: “O que era tão importante para uma pessoa de algum modo estúpida; Lucrecia que não possuía as futilidades da imaginação, mas apenas a estreita existência do que via. Ah! gritava um pássaro no quintal da loja.” (LISPECTOR, 1988, p. 97). Ver é uma relação de alteridade, na qual à medida que eu olho o outro, pondo a minha subjetividade à parte, eu restituo ao não humano a capacidade de me olhar de volta.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa investigação, que surgiu incumbida de aproximar Literatura e Antropologia, teve como objetivo demonstrar como a Literatura Brasileira Moderna de Clarice Lispector incorpora ao mundo ficcional certas categorias do conhecimento humano que flutuam na órbita do pensamento contemporâneo, para, num jogo final, repensá-las.

Como tentamos demonstrar, a relação entre humanidade, natureza e cultura é um dos aspectos basilares que engendram a trama romanesca que se inicia focando, de modo panorâmico, a cidade de São Geraldo e culmina no seu deslocamento para a experiência individual de Lucrecia Neves, que não deixa de ser, de todo modo, uma representante da humanidade.

Nosso empreendimento buscou acompanhar, o mais próximo possível, a trilha dos rastros originados pelo confronto entre o humano e o não humano. O animal, em Clarice Lispector, mas do que um adorno, permanece um ser enigmático, que provoca, não o nosso

conhecimento sobre ele, mas, sim, o vasto campo de conhecimentos e certezas acerca da nossa constituição humana.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Poética*. In: BRANDÃO, Roberto (Org.): *A poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 2005.

CANDIDO, Antonio. “No raiar de Clarice Lispector”. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1970. p. 124-131.

CASTRO, Eduardo Viveiros. *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

COUTINHO, Eduardo. Literatura Comparada: reflexões sobre uma disciplina acadêmica. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Rio de Janeiro, n. 8, pp. 41-58, 2006.

DERRIDA, Jaques. *O animal que logo sou*. Trad. Fábio Landa. São Paulo: UNESP, 2002.

EAGLETON, Terry. *A ideia de Cultura*. Trad. Sofia Rodrigues. Lisboa: Temas e debates, 2003.

EVANDO, Nascimento. *Clarice Lispector: uma literatura pensante*. Rio de Janeiro: Civilização, 2012.

FREUD, Sigmund. “O mal-estar na civilização”. In: Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp. 73-178.

_____. O estranho. In: Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, pp. 237-269.

KIENING, Christian. *O sujeito selvagem: pequena poética do novo mundo*. Trad. Silvia Nauroski. São Paulo: Edusp, 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. 8 ed. Trad. Tânia Pellegrini. São Paulo: Papyrus, 1989.

_____. Natureza e Cultura. *Antropos*, v. 2, n. 3, pp. 17-26, dez. 2009.

LISPECTOR, Clarice. *A cidade sitiada*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. *A legião estrangeira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. *Felicidade clandestina*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. *Laços de família*. Rio de Janeiro: 2009.

_____. “Vanguarda no Modernismo Brasileiro”. In: *Outros escritos*. São Paulo: Rocco, 2009.

HELENA, Lúcia. *Nem musa nem medusa: itinerários da escrita em Clarice Lispector*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2006.

HOLANDA, Aurélio de. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

INGOLD, Tim. Humanidade e animalidade. Trad. Vera Pereira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.10, n. 28, jun. 1995.

LIMA, Luiz Costa. *Mímesis e Modernidade: formas das sombras*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

NUNES, Bendito. *O drama da linguagem: uma Leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Um conceito de Cultura*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 2004.

_____. *O animal e o primitivo: os outros da nossa cultura*. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, pp. 279-290, dez. 2007.

PONTIERI, Regina. *Clarice Lispector: uma poética do olhar*. São Paulo: Ateliê, 2001.

Enviado em: 25/11/2018

Aceito em: 19/02/2019